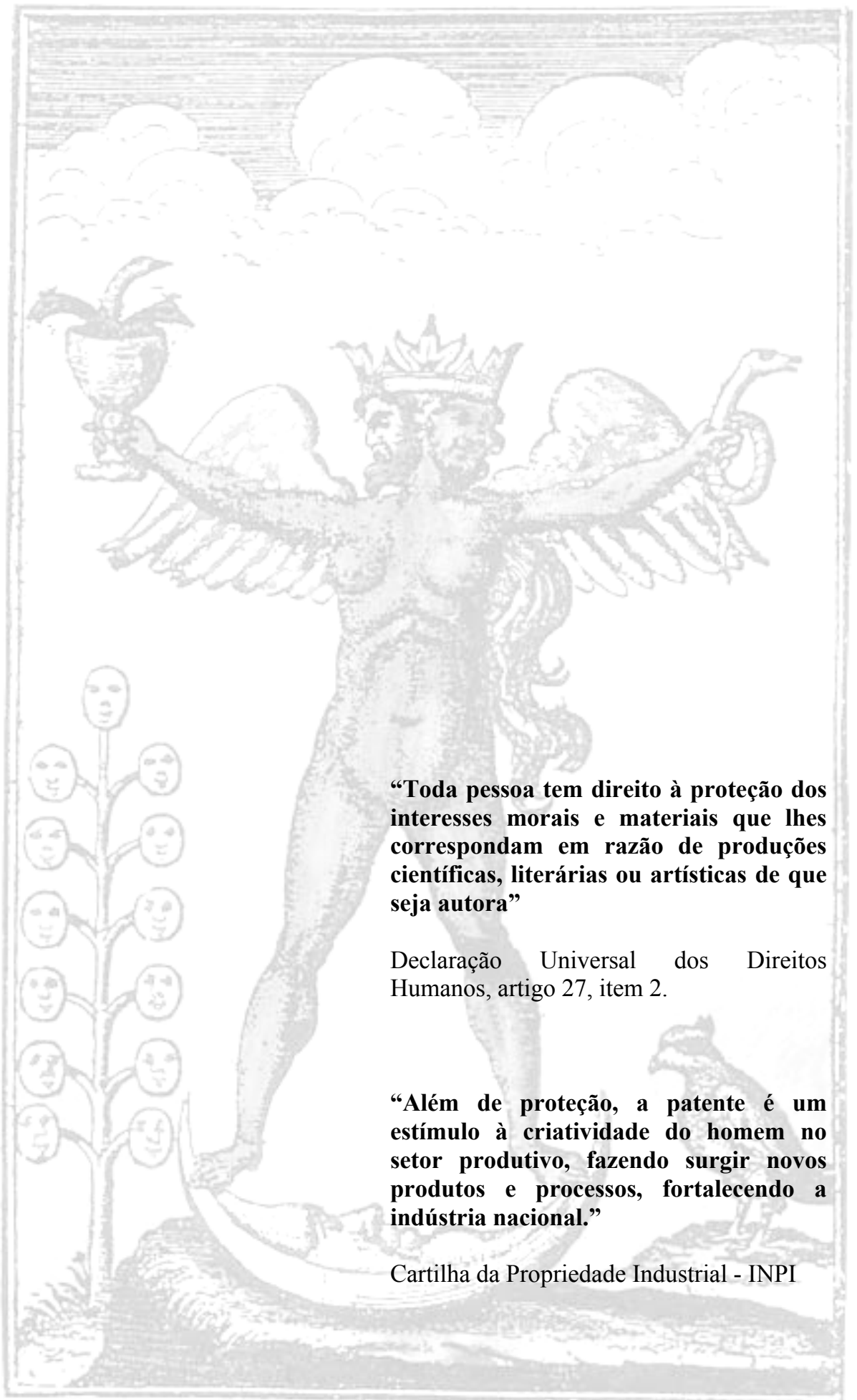


ÉDER ALESSANDRO PILAT
(ederpilat@yahoo.com.br)

**AS MELHORES PRÁTICAS DE GESTÃO EM PROPRIEDADE
INTELECTUAL: ESTUDO DESCRITIVO DOS NÚCLEOS DA REDE DE
PROPRIEDADE INDUSTRIAL DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Gestão da
Informação, do Departamento de Ciência
e Gestão da Informação (Decigi), do
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da
Universidade Federal do Paraná.
Professora: Edmeire Cristina Pereira

CURITIBA
2005



“Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais que lhes correspondam em razão de produções científicas, literárias ou artísticas de que seja autora”

Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 27, item 2.

“Além de proteção, a patente é um estímulo à criatividade do homem no setor produtivo, fazendo surgir novos produtos e processos, fortalecendo a indústria nacional.”

Cartilha da Propriedade Industrial - INPI

Dedico este trabalho à minha esposa e filha, por terem tido a paciência e a compreensão nos dias que estive ausente para realizar este trabalho. E à minha mãe, que sempre acredita no meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que esteve sempre comigo, e nos momentos mais difíceis, me carregou em Seu ombro para que eu pudesse terminar esta jornada.

À minha esposa Edenilce, por ter sido compreensiva e dedicada.

À minha filha Alessandra, o meu bem mais precioso.

À minha mãe Dejanira que sempre esteve no meu aprendizado educacional, ensinando-me a escrever as primeiras letras do alfabeto, e mais tarde dando incentivo, tanto financeiro quanto moral para atingir os meus resultados, profissionais, acadêmicos e pessoais.

Agradeço ao meu pai João Laertes, que sempre estará presente em meus pensamentos, pois sinto sua falta por não estar presente nessa conquista.

Aos meus irmãos que sempre acreditaram em mim. E aos meus tios e cunhados que sempre me apoiaram.

Agradeço à minha professora orientadora Edmeire pelo seu trabalho em instruir neste projeto, me proporcionando um grande aprendizado para a minha vida acadêmica e pessoal.

À empresa Perkons, na qual eu trabalho, agradeço pelo carinho e compreensão. Pelo apoio dado, no que foi necessário para concluir este trabalho.

Agradeço a todos os membros da Rede da APPI, pela atenção dada para responder o meu Roteiro de Pesquisa. As informações que obtive, tanto no âmbito da pesquisa quanto no aspecto pessoal, foram de grande utilidade.

E a todos os meus amigos que sempre estiveram junto comigo.

SUMÁRIO

LISTAS DE SIGLAS.....	vi
LISTAS DE QUADROS.....	vii
RESUMO.....	viii
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1 – LITERATURA PERTINENTE.....	08
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA.....	21
CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	24
CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	43
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE.....	52

LISTAS DE SIGLAS

ABPI - Associação Brasileira de Propriedade Intelectual

APPI – Agência Paranaense de Propriedade Industrial

CITEC - Centro de Informações Tecnológicas

ETT - Escritórios de Transferência de Tecnologia

INPI- Instituto Nacional de Propriedade Industrial

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento

MPEs - Micros e Pequenas Empresas

NPI - Núcleos de Propriedade Intelectual

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual

P&D – Pesquisa e desenvolvimento.

RPI – Revista de Propriedade Industrial

TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNICENTRO – Universidade Estadual Centro-Oeste

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UTP – Universidade Tuiuti do Paraná

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Núcleos de Propriedade Intelectual e Escritórios de Transferência de Tecnologia.

Quadro 2 - Dados Físicos do NPI e ETT

Quadro 3 - Dados Normativos do NPI e ETT

Quadro 4 - Oferta de cursos temporários e disciplinas relacionadas à área de PI

Quadro 5 - Estruturação organizacional e financeira do setor que trata a PI

Quadro 6 - Apresentação dos resultados após a formação da Rede de PI

Quadro 7 - Planejamento estratégico e análise dos resultados

Quadro 8 - Fontes mais citadas pelas instituições

Quadro 9 - Aquisição e tratamento da informação

Quadro 10 - Formas e métodos de comunicação

RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo geral de realizar um estudo exploratório sobre Propriedade Intelectual para analisar as melhores práticas de gestão dos Núcleos de Propriedade Intelectual e dos Escritórios de Transferência de Tecnologia, levantando os aspectos de gerenciamento administrativo, informacional e comunicativo. Em vista disso, será demonstrada a sua importância ao longo da pesquisa. Destaca-se nesta pesquisa a relevância de fomentar a atividade de gerenciamento da Propriedade Intelectual desenvolvida pelas instituições. As boas práticas de gestão foram levantadas através de roteiros de entrevistas apresentados neste trabalho. É fato para o gestor da informação que as fontes provenientes de patentes são riquíssimas para o desenvolvimento de novas tecnologias, pois a descrição da invenção contida na Carta-Patente é recurso gerador para inovação de outras tecnologias.

Palavras-chaves: Propriedade Intelectual; Fatores críticos de sucesso; Patentes; Transferência de Tecnologia; Propriedade Industrial; Informação Tecnológica.

INTRODUÇÃO

No universo acadêmico, e nas instituições de pesquisa ligadas aos órgãos governamentais, há um grande desenvolvimento criativo entre estudantes, docentes, mestrandos, doutorandos e ou mesmo, pesquisadores assalariados. Mas, todo este banco de idéias gerado por pesquisadores, acaba não se convertendo em produtos tangíveis para sociedade.

Hoje, nós brasileiros somos totalmente dependentes de tecnologias estrangeiras, principalmente dos países desenvolvidos. O pouco que é desenvolvido no Brasil pelas instituições de ensino, em muitos casos, tem seu conhecimento apropriado por terceiros para utilizações exclusivamente comerciais. Ou seja, o pesquisador acadêmico se preocupa em divulgar primeiramente o seu trabalho para depois patentear. É obrigação de todo o pesquisador acadêmico observar que seu conhecimento ou criatividade pode se tornar um bem intangível¹.

O ato de tornar a pesquisa um bem intangível é toda ou qualquer forma que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva, aplicação industrial e suficiência descritiva.*

Com as transformações em curso nas instituições acadêmicas e a sua disposição para tirar proveito das vantagens do sistema de propriedade intelectual, empreendem-se esforços para a construção de capacitação própria e o estabelecimento de estruturas organizacionais capazes de atender às novas demandas². E assim, essas instituições acadêmicas estão consolidando os “Núcleos de Propriedade Intelectual (NPI)” e os “Escritórios de Transferência de Tecnologia (ETT)”. Estes, podem ser constituídos de forma conjunta ou individual (como na Universidade Federal do Paraná), ou ainda, terceirizados.

¹ BUFREM, L. S. et al.; PEREIRA, E. C.; ZANON, M. J. Patentes como ferramenta da gestão da informação e da inteligência competitiva. **Instituto de Tecnologia do Paraná**, Curitiba, p. 7, set. 2004.

* Cartilha da Propriedade Industrial – INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).

² CHAMAS, Claudia Inês. Propriedade Intelectual em Instituições Acadêmicas: Aspectos Gerenciais. **Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)**, Rio de Janeiro, nº 70, mai.-jun. 2004.

Os NPIs têm por objetivos: a proteção e o registro de patentes* junto ao INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), a fim de garantir a exclusividade de direitos ao pesquisador. Os ETTs, por sua vez, têm a tarefa de promover a interação da universidade com o setor produtivo, com o intuito de comercialização (transferência) dessas patentes.

O foco principal desta pesquisa se restringiu aos NPIs e ETTs situados geograficamente no estado do Paraná, principalmente, os que estão ligados à Agência Paranaense de Propriedade Industrial (APPI), com sede no Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) e composta de 22 membros. Então, realizou-se um estudo exploratório e descritivo para averiguar tal observação, levantando os aspectos de gerenciamento administrativo, informacional e comunicativo dos NPIs e ETTs, comparando-os mutuamente, e verificando, também os fatores críticos de sucesso de cada um.

A partir do problema estudado em Propriedade Intelectual (PI), levantamos a seguinte questão de pesquisa: Quais os fatores que levam a um baixo índice de registros de patentes pelos pesquisadores, dentro das instituições de ensino e pesquisa no Paraná, e por que algumas conseguem se sobressair em relação às outras?

Presumimos os seguintes pressupostos: 1°. Que alguns NPIs adotaram práticas de gerenciamento do registro da Propriedade Intelectual/Industrial mais adequados que outras instituições, atraindo mais estes pesquisadores que são seus clientes; 2°. Também se pode pressupor que estas instituições, que possuem um maior número de registros, têm maior tempo de experiência com o registro de patentes.

A justificativa em realizar esta pesquisa foi devido ao cenário mundial e nacional, pois os avanços tecnológicos e a produção científica triplicaram nas últimas décadas. Com isso, apareceram as dificuldades das instituições de manter e controlar a propriedade intelectual, principalmente, para o inventor que está preocupado em desenvolver e divulgar para a comunidade científica suas invenções, transferindo gratuitamente as informações que detém, e, se esqueceram de que todos os produtos

* Os NPIs também fazem o registro de: marca, desenhos industriais e direitos autorais, cultivares e programas de computador.

inovadores, têm a necessidade de registrar sua patente no órgão oficial de registro, o INPI, para assim garantir usos e frutos da sua invenção.

Em termos de relevância científica, este trabalho de conclusão de curso procurou levantar as melhores práticas de gestão em registro de PI nas instituições ligadas a APPI, levantou-se os aspectos de gerenciamento administrativo, informacional e comunicativo dos NPIs. Sendo um foco estratégico do governo paranaense e principalmente das instituições de ensino que procuram registrar suas inovações, e com isso ganhar mais incentivos federais e apoio da iniciativa privada. Muitas instituições brasileiras, principalmente as universidades, organizaram-se para gerenciar o processo de proteção e exploração econômica da propriedade intelectual, criando núcleos e escritórios para orientar os pesquisadores a registrarem a Propriedade Intelectual no INPI, a partir da segunda metade dos anos 90.

Hoje, é fundamental que o Brasil e as comunidades científicas revejam sua posição frente à proteção e ao encaminhamento das invenções tecnológicas e de mercado. Apesar dos avanços tecnológicos registrados nos últimos anos, continuamos com um baixo número de registro de patentes nacionais e internacionais. De acordo com dados recentes (2003) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), 98% das patentes de países em desenvolvimento registradas na organização são geradas por apenas seis países – Coreia do Sul, China, África do Sul, Cingapura, Índia e Brasil. O número de patentes registradas pela Coreia do Sul, porém, é dez vezes superior ao do Brasil – enquanto a Coreia registrou 1.700 patentes internacionais em 2000, apenas 161 patentes foram apresentadas pelo Brasil.³

O diferencial de desenvolvimento de PI, desses países para com o Brasil, pode ser verificado nos subsídios financeiros às empresas que possuem departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e outras instituições que fomentam desenvolvimento de novas tecnologias. Para este tipo de investimento, a Organização

³ MATTOS, João Roberto Loureiro de; GUIMARÃES, Leonam dos S. **Gestão da Tecnologia e Inovação: uma abordagem prática**. São Paulo: Saraiva, 2005.

Mundial do Comercio (OMC) vê que esse tipo é somente para pesquisa industrial e cobre dispêndios com P&D, inclusive recursos humanos, instrumentos, equipamentos, terrenos, e construções, sempre que destinados a esse fim, bem como licenciamento de tecnologias e patentes, podendo alcançar até 75% do dispêndio total. Isto é pratica dos países desenvolvidos, foi defendendo a competitividade das suas indústrias que ficaram ricos. Tais como Japão e a Coréia que se utilizaram desse processo, em que o Estado subsidia, como uma parceria de risco de P&D, viabiliza o investimento estratégico para a sociedade. Em 1970, a Coréia tinha uma participação de subsídios e incentivos em torno de 97% do dispêndio na geração de inovações tecnológicas, tornando os produtos competitivos e levando o país ao início do crescimento a uma taxa de 8% ao ano. Em 2001, a parcela pública ainda era de 21% de um montante que já alcançava US\$ 11,3 bilhões. E quanto à situação das empresas brasileiras, que investem e inovam por conta própria, chegando a investir cerca de 25% mais do que seu próprio lucro, assumindo riscos do investimento, para se manterem competitivas, dinâmicas e autônomas no cenário mundial⁴.

Os resultados disso poderão servir de subsídios para os gestores dos NPIs, os ETTs e os escritórios de P&D das organizações privadas. As informações contidas neste trabalho poderão estimular a cultura de PI nas instituições ligadas à APPI e aos industriais, para aumentar o seu valor competitivo no mercado. A cartilha da Rede de Gestão da Propriedade Industrial no Estado do Paraná , ligada à APPI, traz três pontos de interesse, de como a Propriedade Intelectual pode melhorar o valor de mercado para empresas*:

- a) O valor da PI geralmente não é avaliado adequadamente e seu potencial para fornecer oportunidades para um lucro é amplamente subestimado pelas Micros e Pequenas Empresas (MPes). Entretanto, quando a PI é protegida

⁴ NICOLSKY, Roberto. Inovação Tecnológica e Estado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 2003. p3.

* Cartilha desenvolvida com apoio do Tecpar/APPI e da Fundação Araucária, com o objetivo de auxiliar a exploração de novas idéias ao aumentar a conscientização, entendimento e aproximação com o sistema de Propriedade Industrial – Maiores informações poderão ser acessados no site www.tecpar.br/appi.

legalmente e há uma demanda pelos produtos e/ou serviços protegidos pela PI no mercado, a PI pode transformar-se um recurso valioso do negócio;

- b) A PI pode gerar uma renda para sua PMEs através da licença, para sua comercialização dos produtos ou serviços protegidos pela PI que podem melhorar significativamente a fatia de mercado da empresa ou aumentar suas margens de lucro;
- c) No evento de uma venda, fusão ou de uma aquisição, os bens de PI podem aumentar significativamente o valor de sua empresa, e às vezes podem ser o principal bem de valor ou o único.

Estes pontos não só trazem benefícios para as empresas, mas também para as instituições de ensino que, ao incentivar o registro de patente no INPI, começa a gerar índices favoráveis, começando a atrair recursos governamentais e também da iniciativa privada.

As empresas que procuram investir em P&D, podem conquistar grandes benefícios comerciais, pois sempre estarão gerando produtos inovadores e competindo para conquistar mais espaço no mercado. Este tipo de investimento não só beneficia as empresas, mas a sociedade como um todo. Vejamos o caso Embraer, que desde 1995 já gerou mais de 8000 postos de trabalho, altamente qualificados, sendo que 11% em nível superior, afora os indiretos, o que causou uma mudança qualitativa em São José dos Campos/SP.⁵

O nosso interesse pelo tema, bem com sua viabilidade para a sociedade, surgiu das observações, leituras realizadas em revistas e jornais de circulação periódica, na empresa onde trabalho e nas instituições acadêmicas, tais como a UFPR e o CEFET/PR (atualmente UTFPR). Esta pesquisa se restringiu aos membros que compõem a Rede de Gestão de Propriedade Industrial, atualmente com 22 membros

⁵ NICOLSKY, op. cit., p. 3.

(ver Quadro 1), onde se explorou os aspectos de gerenciamento administrativo, informacional e comunicativo dos NPIs.

Quanto à relevância acadêmica para o curso de Gestão da Informação, é pelo fato de que patente é uma fonte riquíssima em informações tecnológicas. O Gestor da Informação não poderá deixar de levá-la em consideração como uma grande ferramenta de trabalho, onde as informações contidas nas patentes são recuperadas, analisadas e depois disseminadas para os pesquisadores, industriais e ao público em geral (todos são clientes dos gestores da informação), para serem utilizadas para atender novas demandas de inovações⁶. Hoje, o INPI possui este tipo de serviço, chamado DIRTEC (Diretoria de Transferência de Tecnologia) que disponibiliza informações tecnológicas para a sociedade, sendo esta informação cobrada ou a tendo gratuitamente pelo *site*. Este serviço tem o objetivo de facilitar o acesso à tecnologia, disseminando-as com base e preceitos legais, assim promover o desenvolvimento econômico do país.

No levantamento das monografias apresentadas nos anos anteriores (1995-2004) ao Curso de Gestão da Informação da UFPR, verificou-se que este é o primeiro projeto sobre PI a ser realizado, não sendo encontrado nada parecido com o que nós estamos propondo neste trabalho de conclusão de curso. Foi encontrada apenas uma monografia que trata sobre a informação de P&D, que avalia os serviços de geração e disponibilização de informações técnicas, tendo como fonte principal as patentes registradas no INPI. Essa pesquisa foi um estudo de campo realizado nos Institutos de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e no Centro de Informações Tecnológicas (CITEC)⁷.

O desenvolvimento deste trabalho teve como ponto principal, o de realizar um estudo exploratório e descritivo das instituições ligadas à Agência Paranaense de Propriedade Industrial e identificar as melhores práticas de gestão em propriedade

⁶ BUFREM; PEREIRA; ZANON op. cit., p. 4.

⁷ SANTOS, Alexandre Giazzon. **O serviço de Resposta Técnica: estudo comparativo entre o Centro de Informações Tecnológicas e o Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo**, Curitiba, 2001, Monografia (Graduação em Gestão da Informação) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR.

industrial no que tange em atrair, auxiliar, divulgar e dar resultado ao pesquisador quanto à sua inovação. É necessário para qualquer evolução do negócio, por experiência, analisar os fatores críticos de sucesso dessas instituições de ensino, e ter um referencial para evolução de melhoria contínua para os membros da rede da APPI.

Portanto, esta pesquisa teve como objetivo geral:

Realizar um estudo exploratório sobre PI para analisar as melhores práticas de gestão dos NPIs, levantando os aspectos de gerenciamento administrativo, informacional e de comunicação.

E, por objetivos específicos:

- a) Comparar as melhores práticas de gestão, para se constatar os métodos de gerenciamento adotados pelos NPIs;
- b) Analisar pontos fortes e fracos (Análise SWOT) dos 10 fatores críticos de sucesso, para comparar as melhores práticas adotadas pelas instituições ligadas a APPI;
- c) Verificar se os NPIs se utilizam dos serviços da APPI, para fomentar e dinamizar suas atividades dentro de suas instituições;
- d) Identificar as formas de comunicação entre os Núcleos da Rede; entre Núcleos e a APPI, para checar o seu grau de integração;
- e) Levantar as habilidades dos profissionais que trabalham nas instituições ligadas à Rede da APPI, para verificar se estes profissionais possuem habilidades necessárias para executar atividades especializadas de informação tecnológica.

Então, esta pesquisa se divide em 4 capítulos. O primeiro, trata do levantamento da literatura científica pertinente, onde encontramos trabalhos ricos em princípios de boas práticas de gerenciamento da PI, considerando os aspectos técnicos, metodológicos e humanos. O segundo capítulo trata da abordagem metodológica que teve esta pesquisa, buscando um enfoque qualitativo do atual cenário das melhores

práticas de gestão dos membros da rede PI. No terceiro capítulo são apresentados os resultados desta pesquisa, sendo tabulados os resultados e contendo uma breve discussão dos dados apresentados. O quarto e último capítulo apresentam as conclusões e sugestões sobre o atual aspecto da PI nas instituições ligadas à Rede da APPI e o que pode ser feito para melhorar o desempenho dos membros dessa Rede.

CAPITULO 1 - LITERATURA PERTINENTE

Desde os primórdios da humanidade, o homem sempre produziu algum tipo de conhecimento (materiais, esculturas, pinturas etc), mas foi na Idade Média que os homens preocuparam-se em começar a registrar as suas obras, principalmente, os artesãos que trabalhavam (geralmente, o mestre e os aprendizes), os artesãos de uma determinada região começaram a ter força quando começaram a formar corporações ou guildas de ofício. Então, na ilha de Murano, nos arredores de Veneza, onde os artesãos, que produziam belos cristais, foram os primeiros da história a receber um título de patente, outorgadas pelo estado.

Nesta mesma época, surgiram dois grandes conglomerados comerciais: a Companhia das Índias Ocidentais (com sede na Holanda) e a Liga Hanseática (com sede na Alemanha). Estes conglomerados comerciais tinham tanta força que financiavam guerra para dominar um local estratégico para o comércio, e o exemplo da Companhia das Índias Ocidentais que financiou a invasão holandesa no nordeste brasileiro em 1615. Estas grandes corporações comerciais procuravam manter o abastecimento de matérias-primas e dava total garantia aos artesãos à proteção, à concorrência de outros locais, coibindo a pirataria, com isso, o artesão poderia aperfeiçoar ou criar novas de técnicas.

Na Inglaterra, começaram a surgir protestos contra aos grupos comerciais monopolistas, principalmente pelos Comuns (Câmara dos Comuns – que agrega representantes da burguesia), então foi criado o Estatuto do Monopólio que determinava o fim dos monopólios privados, mas abria uma ressalva para os inventos de manufaturas, que concedia um período máximo de quatorze anos.

Nas colônias inglesas na América do Norte já desde 1641 possuíam uma legislação própria para referir-se as patentes. Mas em 1790, já os EUA independente, proclamou a lei sobre os direitos do autor, juntamente com as patentes. Também nesta mesma época, os franceses após a revolução, promulgaram uma legislação moderna sobre a propriedade industrial.

A Convenção da União de Paris (CUP) realizada em 1883 foi a pioneira iniciativa para a formação de um sistema patentário internacional, contando atualmente com a adesão de cerca de 120 países (incluindo o Brasil), tal Convenção é administrada pela ONU, através da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual). No que diz respeito às patentes, existem três princípios que devem ser assimilados pelos usuários do sistema internacional de patentes:

- 1) Compatibilidade entre o nacional e o estrangeiro: uma pessoa (física ou jurídica) pode depositar uma patente em um país estrangeiro, se valendo do mesmo tratamento proporcionado ao depositante nacional, desde que ambos os países (o de origem e o depositário) sejam signatários da CUP.
- 2) Individualidade entre pedidos de patentes correspondentes estendidos para o exterior: um pedido de patente estendido (depositado) em vários países, dá origem em cada país depositário a uns pedidos próprios, que será submetido à legislação local, exercendo seus efeitos somente no território local, independentemente dos demais pedidos correspondentes. Isso significa dizer que não existe patente mundial, pois, cada pedido de patente ou patente estrangeira tem efeito de proteção somente dentro do país depositário, ou seja, um pedido de patente ou patente brasileira é válido somente no Brasil; pedido de patente e patente japonesa é válida somente no Japão, etc.
- 3) Direito de prioridade ou direito UNIONISTA: da data do primeiro depósito de um pedido de patente, dito pedido mãe ou prioritário, a CUP proporciona ao titular um prazo de 12 meses (para PI/MU) ou 6 meses (para DI) para que o mesmo pedido de patente seja depositado em qualquer país participante da CUP, reivindicando a data de depósito do pedido prioritário. Esse princípio

garante ao pedido de patente em questão o requisito da novidade, mesmo que durante esse prazo de 12 ou 6 meses, haja comercialização, uso ou qualquer tipo de divulgação do objeto do pedido de patente em qualquer país do mundo, pelo inventor ou qualquer pessoa. Expirado esse prazo, de 12 ou 6 meses, nos países onde não foi feita a extensão do pedido de patente prioritário, a matéria desse último é considerada de DOMÍNIO PÚBLICO, podendo ser utilizada e copiada por qualquer interessado, sem exclusividade.

No Brasil ainda colonial, em 1809, o Príncipe Regente D. João VI o primeiro documento inferiu o primeiro documento que Isenta de direitos as matérias primas do uso das fábricas e concede outros favores aos fabricantes e da navegação nacional, mas só em 1882, D. Pedro II concedeu a Lei 3129 que Regula a concessão de patentes aos autores de invenção ou descoberta industrial. Hoje possuímos três leis que controlam a patente no Brasil: a Lei Nº 9.279/96 de Propriedade Industrial, de 14 de maio de 1996 que entrou em vigor em 15 de maio de 1997 e atualmente em vigor*; a Lei Nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998, que Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, e a Lei Nº 9609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção de propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências⁸.

Vejamos alguns requisitos importantes que a Lei Nº 9.279/96 de Propriedade Industrial nos traz:

- a) *Requisitos para Proteção Industrial* - Existem três requisitos essenciais que nos permite avaliar, a priori, o que pode ou não ser protegido industrialmente.

NOVIDADE: o objeto a ser patenteado deve ter novidade absoluta frente ao

* A Lei 9.279 regulamenta os direitos à proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, garantindo ao depositário do pedido da patente o uso e frutos do produto nos termos desta lei.

⁸ VIDAL, J. W. Bautista. Monopólio das Patentes. **Revista Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp)**, São Paulo, n. 6, p. 30-37, mai. 1996.

que já existe em qualquer parte do mundo, isto é, a matéria a ser patenteada não pode ter sido absorvida pelo que denominamos "estado da técnica" (Art. 11º, - §1º LPI). Isto significa que a matéria a ser patenteada não pode ter sido tornada pública por nenhum meio de comunicação (divulgação escrita e/ou oral, exposição e/ou comercialização, entre outros) a nível mundial. ATIVIDADE INVENTIVA: o objeto ou matéria a ser patenteada deve apresentar características técnicas não consideradas óbvias ou decorrência natural do estado da técnica (Art.13 -LPI). Nessa avaliação inicial leva-se em conta o conhecimento normal de um técnico no assunto. Por exemplo, não seria correto e nem passível de ser usado como critério de avaliação solicitar que um técnico agrimensor avalie o grau de atividade inventiva existente em um aparelho de análise e diagnóstico odontológico (de maloclusões e disfunções temporomandibulares de pacientes). APLICAÇÃO INDUSTRIAL: a matéria a ser patenteada deve ser passível de fabricação e utilização industrial (Art. 15 - LPI). Não são patenteáveis idéias ou conceitos puramente teóricos (Art. 18 - LPI). Dessa forma, para verificar a patenteabilidade ou registrabilidade de um produto ou processo, basta submeter a matéria em questão aos três requisitos acima mencionados.

- b) Natureza dos Privilégios - Segundo a LPI são patenteáveis os pedidos de privilégio classificados como Invenção e Modelo de Utilidade. Ainda segundo a LPI são registráveis os pedidos de privilégio classificados como desenho industrial. A Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9279, de 14/05/96) estabelece que: - "são privilegiáveis a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial" (Art. 8º); - "são privilegiáveis como modelo de utilidade, o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição envolvendo atos inventivos, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação" (Art. 9º). - "considera-se desenho industrial registrável a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual

novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial".(Art.95)

- c) Prazos de Proteção - PATENTE DE INVENÇÃO (PI): A patente de invenção concedida é válida por 20 anos a partir da data do seu depósito ou protocolo; 2- PATENTE DE MODELO DE UTILIDADE (MU): A patente de modelo de utilidade concedida é válida por 15 anos a partir da data do seu depósito ou protocolo; 3- REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL (DI): O registro de desenho industrial é concedido por 10 anos a partir da data do seu depósito ou protocolo, sendo prorrogável pelo titular por mais três períodos de 5 cinco anos; 4- RETRIBUIÇÕES: Os pedidos de patente de invenção (PI) e de modelo de utilidade (MU) estão sujeitos ao pagamento de retribuição anual, a partir do terceiro ano da data do depósito. Já os pedidos de registro de desenho industrial (DI) estão sujeitos ao pagamento de retribuição quinquenal, a partir do segundo quinquênio da data do depósito (o pagamento do segundo quinquênio será efetuado durante o 5º ano da vigência do registro).
- d) Licença Compulsória - Uma patente concedida poderá ser licenciada compulsoriamente, por decisão administrativa ou judicial, caso seja provado que o titular está exercendo de forma abusiva os direitos decorrentes de sua concessão. Também está sujeita a licença compulsória: a patente que não for explorada no território nacional. (total ou parcialmente); a comercialização que não suprir as necessidades do mercado; a patente que apresentar uma situação de dependência com uma outra patente, que essa última ainda constitua um avanço técnico em relação à patente anterior; e que o titular dessa primeira patente não realize acordo com o titular da patente dependente para exploração da patente anterior; patente que for declarada de interesse público através do poder executivo federal, desde que o titular ou licenciado não atenda as necessidades do mercado (essa licença é compulsória, temporária e não exclusiva). O requerimento de licença compulsória só poderá ser feito após 3 anos da concessão da patente e só poderá ser requerida por pessoa com legítimo interesse e com capacidade técnica e econômica para explorar o objeto da

patente, a qual deverá ser destinada ao mercado interno. A exploração do objeto da licença compulsória deverá ser iniciado no prazo de 1 ano da concessão dessa licença, sob pena de cassação da licença por parte do titular.

A tecnologia é o mais importante instrumento de desenvolvimento na economia atual. O avanço tecnológico proporciona novos métodos de produção, aumento da produtividade, geração de riquezas e melhoria da qualidade de vida da população. Neste sentido, o capital intelectual, representa a capacidade de inovação constante, assume cada vez relevância.

A propriedade industrial constitui importante instrumento de proteção à tecnologia que é desenvolvida, tanto no âmbito individual quanto no das empresas, evitando que seja apropriada indevidamente. O conhecimento e a aplicação da mesma são condições relevantes ao processo de modernização e competitividade no mundo globalizado.

O conhecimento tecnológico hoje é o grande diferencial das organizações, para que não se perca, muitas instituições estão criando Núcleos e Escritórios de Transferência de Tecnologia, a fim de salvaguardar produção intelectual da instituição a que está inserido. No projeto de “Estímulo à Criação e Consolidação de Núcleos de Propriedade intelectual e Transferência de Tecnologia em Universidades Brasileiras”⁹, realizou o trabalho com o objetivo de estimular e disseminar a cultura e a prática da propriedade intelectual e da transferência no contexto universitário. Também realizou o “Mapeamento e identificação dos Núcleos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, existentes em universidades brasileiras”. Foram levantados dados sobre os seguintes aspectos gerenciais dos Núcleos e Escritórios de Propriedade Intelectual, buscando levantar informações nos seguintes itens:

⁹ SANTOS, Marli Elizabeth Ritter dos; ROSSI, Adriano Leonardo. **Projeto “Estímulo à Criação e Consolidação de Núcleos de Propriedade intelectual e Transferência de Tecnologia em Universidades Brasileiras”**. Relatório Final da Etapa – Mapeamento das instituições. UFRGS, Porto Alegre, 2002.

- a) Vinculação institucional – Em que áreas dentro das universidades estão vinculadas os Núcleos;
- b) Regulamentações internas – São regulamentações que disciplinam as atividades e as formas de atuação dos Núcleos dentro das Universidades;
- c) Abrangência da regulamentação – Se abrange todos os aspectos da Propriedade Intelectual, tais como: Patentes; Softwares; Marcas; Desenhos; Indicações Geográficas; Cultivares; Transgênicos; Direitos Autorais;
- d) Divisão de Resultados – Permite dividir como os inventores/pesquisadores os ganhos econômicos auferidos pelas instituições com o licenciamento de tecnologias e patentes;
- e) Recursos Humanos – Foram levantados quanto ao padrão de profissionais que desenvolvem atividades nos Núcleos e nos Escritórios de transferência de tecnologia;
- f) Ensino da Propriedade Intelectual – A oferta de disciplinas de Propriedade Intelectual nas universidades;
- g) Divulgação do Sistema de Propriedade Intelectual para a comunidade universitária – Se são adotados meios de divulgação para informar aos pesquisadores/inventores os fundamentos do sistema de Propriedade Intelectual e a necessidade de se pesquisar o potencial dos resultados dos projetos de pesquisa desenvolvidos nas universidades;

Com base em outro estudo da mesma autora, ressalta estes mesmos pontos mas com uma abordagem diferenciada, estabelecendo os seguintes princípios de boas práticas a considerados no artigo¹⁰:

¹⁰ SANTOS, M. E. R. dos; SOLLEIRO, J. L.; LAHORGUE, M. A. Boas práticas de gestão em escritórios de transferência de tecnologia. **In: In: XXIII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**, 23, p. 785-800, 2004, Curitiba.

- a) Marco legal – constitui pelas políticas e normas institucionais, tais como, a missão, o modelo jurídico, as formas de governo e direção, e a autonomia financeira;
- b) Gestão organizacional – entende-se por gestão organizacional o conjunto de fatores envolvidos no processo de gestão de um ETT, tais como estrutura organizacional, os procedimentos e a gestão financeira;
- c) Recursos humanos – As pessoas são um fator crítico no processo de transferência de tecnologia, então pe necessário reunir uma equipe adequada, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos levando e consideração os seguintes aspectos: Profissionalismo e Especialização; Tamanho das equipes; Qualificação formal das equipes; Habilidades; Remuneração e incentivos; Redes informais; e Gestão de pessoal;
- d) Experiência – É um requisito importante para a construção de sua reputação e credibilidade junto à sociedade na qual atua e o sucesso de suas ações será diretamente proporcional ao resultado que tiver obtido. Alguns elementos devem ser levados em consideração para a aquisição de experiência dos ETTs, a saber: Tempo de Funcionamento; Compromisso; Oferta comercializável;
- e) Estratégia de negócio – É fundamental estar ciente das especificidades dos processos de transferência de tecnologia e, sobretudo, ter sólidos princípios sob os quais respaldar a tomada de decisões, para encontrar a solução que se ajusta a cada caso com: Relação com os clientes; nos Resultados; na Informação e divulgação; na Construção de redes; e na Avaliação de desempenho.

Também foram levantados aspectos sobre: como é feito o registro de Patentes; a interação com o INPI; estímulo ao patenteamento; contratação de escritórios especializados; busca de anterioridade em bancos de patentes; e quais as ferramentas de buscas utilizadas. Quanto à preocupação em registrar o pedido de patente no

exterior, preocupando-se com a proteção em outros países além do Brasil. Outro fator importante é se os pedidos de Patentes estão de acordo com a Classificação Internacional de Patentes (CIP).

Utilizando uma abordagem metodológica similar a de Ritter, Chamas focou sua pesquisa também nos Núcleos de Propriedade Intelectual e Escritórios de Transferência de Tecnologia (chamado por ela de Escritório de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia – Epitt), onde foram avaliados as Políticas Institucionais; o Perfil dos profissionais, os elementos necessários à construção do *portfolio* de patentes e outros ativos intangíveis, o uso do documento de patente como importante fonte de informação para diversos tipos de projetos, atividades de Marketing, negociação e exploração econômica dos direitos de propriedade intelectual e a distribuição dos *royalties*¹¹.

Outro aspecto importante é a participação do Gestor da Informação na transformação do conhecimento científico, para que com suas habilidades possam ser usadas para melhorar a comunicação de dados e uso das bases de dados técnicas, científicas, de mercado, de patentes e outras, bem como tornar as informações potenciais em conhecimento intangível absorvível. A fim de que possa rapidamente gerar, introduzir, adaptar disseminar e comercializar as novas tecnologias ou processos tecnológicos para a sociedade¹². Outro fator importante para os profissionais da informação é manter o fluxo de informação contínuo para que as necessidades de informações possam gerar soluções inovadoras. Pois é necessário que elas cheguem ao conhecimento de pessoas para ser utilizada como base para o desenvolvimento de novas idéias. Estes fluxos de informações podem ser obtidos em ambientes externos ou mesmo no próprio ambiente interno¹³.

¹¹ CHAMAS, op. cit.

¹² CYSNE, Fátima Portela. Transferência de tecnologia e desenvolvimento. **Revista Ciência da Informação**, v. 25, n. 1, 1995

¹³ MATTOS; GUIMARÃES, op. cit.

As universidades podem medir sua produtividade não só pelos números de artigos que produzem, mas também pelo número de registros de Propriedade Industrial, como a forma de preservar o patrimônio intangível da instituição, e de evitar a evasão de divisas através da publicação, sem proteção, de resultados de pesquisas com alto conteúdo inovativo¹⁴.

O importante é considerar a patente como ferramenta de informação, não devendo ser vista apenas como proteção legal à propriedade industrial. Sua função pode se estender na constituição de um instrumento para qual o conhecimento tecnológico deixa de ser segredo para assumir o papel de bem econômico. Pois, quando utilizada adequadamente, a patente constitui um importante veículo de informação técnica necessária ao desenvolvimento industrial¹⁵. O uso potencial da Patente como fonte de informação é para o pesquisador uma das mais ricas fontes de informação atualizada sobre as novas idéias e resoluções de problemas. Tudo isso conduzindo a uma maior produtividade em suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Para França¹⁶, o documento de patente deveria ser a mais importante fonte primária de informação tecnológica, pois permite o conhecimento de novas tecnologias e de inovações brasileiras para a indústria, de forma mais rápida e a partir da descrição original do invento. Segundo o mesmo autor diz que raramente a patente é levada em consideração, quer pelo usuário tecnologistas ou engenheiros, quer pelo profissional da informação, no momento da recuperação de informações técnicas.

No Relato de Experiência do Laboratório de Experimentação de Análise de Alimentos (Leaal) sobre a produção e transferência de tecnologia¹⁷, onde foi realizado um estudo para levantar aspectos importantes de como a idéia de criação; desenvolvimento e transferência de tecnologia podem ser incorporados para a sociedade.

¹⁴ SANTOS; ROSSI, op. cit.

¹⁵ ARAÚJO, op. cit.

¹⁶ FRANÇA, Ricardo Orlandi. **Patente como fonte de informação tecnológica**. Perspectiva da Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 235-264, jun/dez. 1997.

¹⁷ PRYSTHON, Cecília; SCHMIDT, Susana. **Experiência do Leaal/UFPE na produção e transferência de tecnologia**. Leaal/UFPE, Recife, 1997.

Neste caso, a transferência de tecnologia ocorre sem o auxílio de um ETT, ou mesmo foi mencionada, no trabalho, a possibilidade de registro patente. O que ocorre mais freqüentemente é a transferência de tecnologia da Leaal com as empresas mediante contratos firmados, quando uma parte (o laboratório) se compromete a transferir para a outra (o setor produtivo) um certo conjunto de conhecimentos ou a prestar-lhe um serviço técnico. Concluindo, os departamentos que geram produção intelectual não só devem se aplicar na formação de recursos humanos e à geração de conhecimentos científicos, como também, deve concentrar seus esforços para ampliar sua ação geradora, transmissora e aplicar seus conhecimentos em suas áreas correspondentes.

Na “Era da Informação”, as organizações passaram a exigir novas capacidades para assegurar o sucesso competitivo. A capacidade de mobilização e exploração de ativos intangíveis. E a inovação constitui uma das principais ferramentas das organizações para conseguir um diferencial competitivo na geração da vida de um produto. As organizações que competem em setores de rápida inovação tecnológica devem dominar a arte de prever as necessidades futuras dos clientes, idealizando produtos e serviços radicalmente inovadores, e incorporando rapidamente novas tecnologias de produto para dar eficiência aos processos operacionais e de prestação de serviços. Mesmo para organizações de setores com ciclos de vida relativamente longos, a melhoria contínua dos processos e produtos é fundamental para o sucesso em longo prazo¹⁸. Trabalho semelhante foi apresentado na disciplina de Projetos II, do curso de Gestão da Informação, que consistia em levantar dados sobre serviços de “Resposta Técnicas” do CITEC/IPT e analisá-los com o objetivo de comparar os resultados, verificando quanto aos recursos informacionais, humanos, e custos dos serviços prestados em fornecer informações técnicas. Neste projeto, o autor classifica a “Informação Tecnológica se constitui em ferramenta básica na busca de soluções inovadoras, no processo produtivo da empresa, na melhoria da qualidade de seus produtos e na diversificação e lançamento de novos produtos”.¹⁹

¹⁸ KAPLAM, Robert S; NORTON, David P. **A Estratégia em ação: balanced scorecard**; tradução: Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹⁹ SANTOS, op. cit., p. 7 e 8.

O estudo das fontes de informação é de fundamental importância no mundo da P&D. Este princípio é fundamental devido à importância do papel econômico e social que as atividades ligadas aos recursos e serviços de informação vêm assumindo no mundo contemporâneo. Os cursos de graduação e/ou pós-graduação em Biblioteconomia e Ciências da Informação, são responsáveis pela formação dos profissionais que irão atuar na vanguarda desse processo, assumindo funções administrativas e gerenciais. O domínio da capacidade de observação e o desenvolvimento de práticas sistemáticas que levem ao conhecimento, aliadas a um aguçado espírito crítico, são ferramentas essenciais para que possam cumprir de maneira adequada às funções que vierem a assumir.²⁰

Os conceitos de efetividade e eficiência, comumente adotados pelos setores empresariais, têm sido transportados para as instituições que interagem com empresas, e se expressam na adoção de princípios de “boas práticas” em suas atividades diárias, como forma de reforçar e aperfeiçoar suas capacidades²¹. Existem modelos internacionais de boas práticas de gestão em PI, mas não serão citados nesta pesquisa*.

O *benchmarking*, vem sendo muito utilizado pelas empresas, no intuito de aperfeiçoar suas atividades. O *benchmarking* pode ser definido como “o processo de continuamente medir e comparar uma organização, produto ou processo com os líderes de qualquer parte do mundo para obter informações que possam ajudar a organização para aperfeiçoar seu desempenho”²²

²⁰ PEREIRA, Edmeire Cristina. Monitoramento de Normas e Patentes como Ferramenta para a Inteligência Competitiva. Apostila de curso elaborada para a Agência Paranaense de Propriedade Industrial (APPI), do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR). APPI/TECPAR, p. 14, Curitiba, 2003.

²¹ SANTOS, M. E. R. dos; SOLLEIRO, J. L.; LAHORGUE, op. cit., p. 792.

* Os três principais modelos internacionais de boas práticas em gestão da PI são: AUTM (*Technology Transfer Offices*), nos EUA; *Réseau Curie*, na França; e a OTRIS (*Oficinas de Transferência de Resultados de Investigación*), na Espanha.

²² SANTOS, M. E. R. dos; SOLLEIRO, J. L.; LAHORGUE, op. cit., Grier, 1996.

Um dos pontos-chave para o planejamento estratégico de sucesso, segundo Mattos e Guimarães, é a habilidade para entender o ambiente no qual a organização opera. A tecnologia é um componente importante desse ambiente. Historicamente, a mudança tecnológica representou o fim de muitas empresas antigas e bem estabelecidas e uma oportunidade para criação e crescimento de empresas novas e inovadoras: *start-ups**. A descontinuidade tecnológica tem um impacto muito maior na rentabilidade futura das empresas do que todas as outras forças competitivas.

Toda e qualquer forma de organização deve se preocupar em identificar fatores externos e internos, assim como salientar oportunidades em potencial. A análise SWOT é o processo de identificar sistematicamente as Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Oppotunities*) e Ameaças (*Threats*). As forças são recursos ou aptidões que fazem com que a empresa suplante os concorrentes. As fraquezas também ser reconhecidas. As oportunidades oferecem um potencial favorável no ambiente da empresa. As Ameaças são as principais circunstâncias desfavoráveis ou impedimentos à posição atual ou futura de uma organização. A análise SWOT permite a organização obter uma idéia mais clara da sua posição quanto aos seus objetivos e metas²³.

As organizações, que têm como o seu objetivo estratégico a geração de “Inovações Tecnológicas”, podem adotar a ferramenta *Balanced Scorecard*, que permite identificar os objetivos mais importantes para os quais a organização deve dirigir atenção e recursos, criando bases e um sistema de gestão estratégica que ordene temas organizacionais, informações e um conjunto de processos gerenciais críticos. O *Balanced Scorecard* traz alguns pontos que justificam a sua adoção para a melhoria do sistema de indicadores:

- a) obter clareza e consenso em relação à estratégia;
- b) slançar Foco;

* *Start-ups* – São companhias que iniciam suas atividades a partir de um produto inovador no mercado, ocasionando rápida aceitação pelo mercado.

²³ MEGGINSON, L. C.; MOSLEY, D. C.; PIETRI JR, P. H. **Administração: conceitos e aplicação**, 4º edição. Editora Harbra, São Paulo, 1998.

- c) desenvolver Liderança;
- d) intervenção Estratégica;
- e) educar a Organização;
- f) estabelecer Metas Estratégicas;
- g) alinhar Programas e Investimentos;
- h) criar um Sistema de *Feedback*.

É aconselhável que se adote o Balanced Scorecard para integrar indicadores a um sistema gerencial estratégicos e articulados para alcançar o desempenho institucional em longo prazo, e não para orientar partes isoladas do processo gerencial²⁴.

CÁPITULO 2 - METODOLOGIA

O enfoque metodológico desta pesquisa foi a abordagem *qualitativa*, pois este trabalho está voltado à área de Ciências Sociais Aplicadas, e busca *contextualizar ou descrever* o que está acontecendo com os núcleos da Rede de PI, ligada a APPI. Por isso, foi realizado um *estudo exploratório e descritivo*, que consistiu em levantar as características das atividades de boas práticas de gestão em propriedade industrial no grupo de instituições ligadas à Rede de Gestão Propriedade Industrial no Estado do Paraná. Utilizou-se da pesquisa *de campo* por investigar empiricamente onde ocorre a atividade de gestão de propriedade intelectual. É um estudo exploratório pois há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre o tema em estudo (Boas práticas de Gestão de Propriedade Intelectual), então optou se em realizar um levantamento populacional (universo) dos membros ligados à APPI²⁵, a fim de levantar informações sobre as principais atividades prestadas por esses membros. Por último, é uma

²⁴ KAPLAM; NORTON, op. cit., p. 283-306.

²⁵ Ibid., p. 9.

pesquisa descritiva já que trata de descrever um determinado fenômeno, não tendo que explicá-lo.

Utilizamos como Instrumento de Pesquisa um “Roteiro de Entrevista”, onde foram coletados dados para comprovar a hipótese deste projeto. Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participaram desta pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam²⁶. As perguntas do questionário tiveram variáveis independentes e dependentes, tal como previsto pelas hipóteses ou objetivos. Esta pesquisa fez o levantamento das melhores práticas aplicadas pelas instituições ligadas à APPI, buscando dados de forma isolada, ou acontecimentos fixos, ou captados em um instante de observação, e foi a partir da observação participante e dos relatos apresentados durante as entrevistas, reunindo informações qualitativas relevantes. Também foi verificada através da literatura, *sites* e visitas, as práticas adotadas pelas instituições ligadas à Rede de PI no Paraná.

Analisando a literatura sobre Propriedade Intelectual, foram levantados os seguintes princípios de boas práticas a ser considerados na elaboração do questionário de pesquisa²⁷:

- a) vinculação institucional;
- b) regulamentações;
- c) abrangência da regulamentação;
- d) divisão de resultados;
- e) recursos humanos;
- f) ensino da Propriedade Intelectual;
- g) divulgação do Sistema de Propriedade Intelectual para a comunidade universitária;
- h) marco legal;

²⁶ CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Cortez, p. 83, São Paulo, 2000.

- i) gestão organizacional;
- j) experiência;
- k) tempo de funcionamento;
- l) compromisso;
- m) oferta comercializável;
- n) estratégia de negócio
- o) relação com os clientes;
- p) resultados;
- q) informação e divulgação;
- r) construção de redes;
- s) auto avaliação de desempenho.

Antes de ter sido aplicado o roteiro, foi aplicado um pré-teste no prazo de 5 dias para pessoas mais próximas e que estão inseridas no tema da Propriedade Intelectual. Verificou-se a adequação do conteúdo das perguntas.

O roteiro foi aplicado de forma direta e indireta. A aplicação direta do roteiro contou com a nossa presença no local para realizar a entrevista. Esta abordagem apenas ocorreu nas instituições que estão localizadas no município de Curitiba e da Região Metropolitana, havendo apenas uma exceção com a UTP, pois o nosso horário disponível não batia com o horário do entrevistado. A aplicação indireta foi realizada via contato telefônico e por *e-mail*, e os dados foram entregues à todos por *e-mail*. Todos os entrevistados que responderam aos questionários eram gerentes no NPI e/ou ETT.

²⁷ SANTOS; SOLLEIRO; LAHORGUE, op. Cit., p. 785-800.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Relação dos membros

Desde que foi instituída a Agência Paranaense de Propriedade Industrial (APPI) criada em agosto de 2002, com o apoio do TECPAR e da Fundação Araucária, a mesma vem promovendo a cultura de Propriedade Intelectual (PI) no Estado do Paraná.

O quadro apresentado no *site* da APPI (Quadro 1) apresenta 22 membros coligados, mas no decorrer desta pesquisa verificou-se que apenas 17 membros têm participação nas atividades promovidas pela APPI; 4 membros estão localizados fora do Paraná, sendo apenas apoiadores, e um membro não é participativo da rede. Desses 17 membros, podemos considerar que apenas 13 possuem Núcleos de Propriedade Intelectual (NPI) e Escritório de Transferência de Tecnologia (ETT), pois os outros 4 membros estão vinculados a um dos 13 membros. Atualmente, a Rede tem a seguinte composição:

Quadro 1 – Núcleos de Propriedade Intelectual e Escritórios de Transferência de Tecnologia

Continua

Nº	Instituição	Atuação	Cidade	Fundação	Responderam ao questionário
1	ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica.	Apoiador	Brasília	1980	Não necessário
2	APPI – Agência Paranaense de Propriedade Industrial	Participativo	Curitiba	2002	Sim
3	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Participativo	Curitiba	2005 oficialmente	Sim
4	CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	Apoiador	Curitiba	1975	Não necessário
5	FIEP – SENAI-PR	Participativo	Curitiba	2004	Sim
6	Fundação Araucária	Apoiador	Curitiba	2000	Não necessário
7	INTEC – Incubadora Tecnológica de Curitiba	Ligado a estrutura APPI	Curitiba	--	Não necessário

Quadro 1 – Núcleos de Propriedade Intelectual e Escritórios de Transferência de Tecnologia

					Conclusão
8	INTUEL – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UEL.	Ligado a estrutura da UEL	Londrina	--	Não necessário
9	LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	Participativo	Curitiba	1997	Sim
10	INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial	Participativo	Curitiba	No âmbito nacional em 1971	Sim
11	RGPIEPR – Rede de Gestão da Propriedade Industrial do Paraná	Ligado a estrutura APPI	Curitiba	--	Não necessário
12	SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná	Não Participativo	Curitiba	--	Não foi localizado responsável
13	SIEMENS Ltda	Participativo	Curitiba	2000	Sim
14	SETI – Secretaria do Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Apoiador	Curitiba	--	Não necessário
15	TECPAR – Instituto Tecnológico do Paraná	Ligado a estrutura APPI	Curitiba	--	Não necessário
16	UEL – Universidade Estadual de Londrina	Participativo	Londrina	1997 e 2002 oficialmente	Sim
17	UEM – Universidade Estadual de Maringá	Participativo	Maringá	--	Não
18	UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa	Participativo	Ponta Grossa	Não possui instalação formalizada	Sim
19	UFPR – Universidade Federal do Paraná	Participativo	Curitiba	2003 o NPI e 2005 o ETT	Sim
20	UNICENTRO – Universidade Estadual Centro-Oeste	Participativo	Guarapuava	Não possui instalação formalizada	Sim
21	UNIOESTE – Universidade do Oeste do Paraná	Participativo	Cascavel	--	Não
22	UTP – Universidade Tuiuti do Paraná	Participativo	Curitiba	2003	Sim

Fonte: Dados fornecidos pelo *site* www.tecpar/appi

Vejamos que as instituições começaram a se organizar a partir de 2002, ou seja, começou um processo no Brasil de incentivo da cultura da PI, e o Estado do Paraná, também pensando em agregar valor ao estado, fomentou a rede. As instituições privadas, tais como a *Siemens* e o *Lactec* já possuíam antes de formar a rede, pelo fato de serem empresas privadas. E com este apoio, as instituições (principalmente as de ensino) começaram a ganhar incentivos financeiros, materiais e treinamentos/eventos para criar as atividades e setores próprios para organizar a PI e fomentar os trabalhos dentro e fora da instituição, com objetivo de atrair o público interno (os geradores de PI) e o público externo (empresas interessadas em adquirir ou investir no produto patentado).

Dados sobre os aspectos gerenciais dos NPI e ETT

Quadro 2 - Dados Físicos do NPI e ETT

Continua				
Nº	Instituição	Mesmo setor	Vinculação Institucional	Nº de funcionários
1	APPI – Agência Paranaense de Propriedade Industrial	Sim	A presidência do TECPAR	1 servidor 1 bolsista
2	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sim	DEPET – Departamento de projetos e serviços Tecnológicos.	5 servidores 2 estagiários
3	FIEP – SENAI-PR	Sim	Coordenação do Programa Inova SENAI/SESI/ IEL-PR	1
4	LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	Sim	Diretoria de desenv. Tecnológico.	5
5	INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial	Sim	A Diretoria do INPI do Rio de Janeiro/RJ	4 servidores 4 terceirizados
6	SIEMENS Ltda	sim	Tecnologia Corporativa	7 em todo o Brasil
7	UEL – Universidade Estadual de Londrina	Sim	PROPPG – Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação	1 servidor 3 bolsistas 1 estagiário

Quadro 2 - Dados Físicos do NPI e ETT

				Conclusão
8	UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa	Sim	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) e a Procuradoria Jurídica (PROJUR)	--
9	UFPR – Universidade Federal do Paraná	Não	NPI está vinculada a PRPPG (Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação). ETT está vinculada a Pró-reitoria de Planejamento.	NPI: 1 servidor e 1 bolsista. ETT: 1 servidor, 2 bolsista e 1 estagiário.
10	UNICENTRO – Universidade Estadual Centro-Oeste	Sim	Diretoria de Pesquisa	1
11	UTP – Universidade Tuiuti do Paraná	Sim	Não foi informado	2

Fonte: Dados fornecidos pelo roteiro da pesquisa.

Avaliando os aspectos físicos do NPI e ETT, verificou-se através do roteiro de entrevista que das 11 instituições apenas a UFPR tem o setor de PI separados, estando vinculados em setores diferentes na instituição. Na UEPG verificou-se que 2 setores coordenavam as atividades que são desempenhadas pelos NPI e ETT. Com o formulário, não obtivemos muitas informações sobre o corpo dos funcionários que trabalham com a PI nas suas instituições. A maioria dos colaboradores são bolsistas ou estagiários. Já os gerentes, em sua maioria, são professores, que têm como acúmulo de funções a responsabilidade de registrar, negociar e disseminar a cultura de PI. Quanto às instituições particulares, possuem colaboradores que desempenham as atividades em PI e outras atividades desempenhadas de acordo o perfil de cargo.

Quadro 3 - Dados Normativos do NPI e ETT

Nº	Instituição	Possuem Legislação própria	Abrange todos os aspectos da PI	Divisão dos ganhos econômicos da PI com o pesquisador
1	APPI – Agência Paranaense de Propriedade Industrial	Sim	Abrange todos	De acordo com a Lei de inovação.
2	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Não	Abrange todos	De acordo com a Lei de inovação.
3	FIEP – SENAI-PR	Não	Menos Cultivares e Transgênicos	Está sendo definido
4	LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	Não	Somente Patentes, Software, Marcas, Desenhos Industriais e Direitos Autorais.	Através de gratificações
5	INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial	De acordo com normas e portarias do Ministério de Ciência e Tecnologia.	Não incluídos Cultivares, Transgênicos, e direito autoral somente registro de Software.	Não se aplica
6	SIEMENS Ltda	Sim	Patentes; Softwares; Marcas; Desenhos; e Direitos Autorais.	Possuem prêmios para os inventores
7	UEL – Universidade Estadual de Londrina	Sim	Abrange todos	De acordo com a Resolução CA nº 251/2003 da UEL.
8	UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa	De acordo com o PROJUR	De acordo com a legislação em vigor.	Não possuem
9	UFPR – Universidade Federal do Paraná	NPI: Sim ETT: Não	Abrange todos	De acordo com a Lei de inovação.
10	UNICENTRO – Universidade Estadual Centro-Oeste	Não	Abrange todos	De acordo com a Lei de inovação.
11	UTP – Universidade Tuiuti do Paraná	Não	Abrange todos	Seguindo as normas propostas em andamento (NUAJUR)

Fonte: Dados fornecidos pelo roteiro da pesquisa.

Quanto às instituições de ensino ainda não possui legislação própria para tratar de assuntos relacionados à PI, devido a dois fatores: a atividade para registro e transferência de tecnologia ainda não está sendo realizada; e devido ao trâmite de aprovação interno das instituições, ou seja, elaboram o documento mas precisa-se de instâncias superiores para ser aprovado. No entanto, enquanto não for aprovada ou mesmo instituída as atividades de registro e transferência de tecnologia, as instituições devem se orientar com as legislações nacionais.

As instituições universitárias abrangem todos os aspectos da PI; já o *Lactec*, FIEP/SENAI-PR e a *Siemens* estão voltados para o setor industrial, não tendo a necessidade de abranger registro de cultivares e transgênicos. O INPI não registra cultivares, transgênicos e direitos autorais, já que não cabe a sua atividade, existem outros órgãos do governo que realizam estas atividades.*

A divisão dos ganhos econômicos com os pesquisadores dentro das instituições públicas, é realizada de acordo com a Lei de Inovação* em vigor, que determina que devem ser divididos no mínimo 1/3 dos resultados do produto patentado e comercializado quanto às partes. As instituições privadas não estão sujeitas a essa lei, mas não deixam de gratificar o trabalho inventivo interno.

* O registro de cultivares é feito pelo Ministério da Agricultura e o registro de direitos autorais é feito pela FBN – Fundação Biblioteca Nacional (RJ).

* Lei de Inovação nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Quadro 4 - Oferta de cursos temporário, disciplinas relacionadas a área de PI

Continua

Nº	Instituição	Disciplinas de PI ofertadas	Cursos temporários sobre PI	Programa de capacitação dos funcionários ligados a PI
1	APPI – Agência Paranaense de Propriedade Industrial	Não aplicável	Sim, cursos de redação de patentes, cursos de transferência de tecnologia, informações tecnológicas (BD), PCT – Tratado de Cooperação de Patentes.	Sim, relacionados a área de PI.
2	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Não possui uma disciplina relacionada a PI, mas o tema é tratado em outras disciplinas.	Sim, em parceria com a UFPR e a APPI.	Sim, são realizados sob demanda para atualizar os conhecimentos sobre PI.
3	FIEP – SENAI-PR	Não aplicável	Sim, curso de redação de patente.	Não, apenas em participações pontuais de congressos e mini-cursos relacionados à área de PI.
4	LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	Não aplicável	Não aplicável	Não, apenas em participações de congressos relacionados à área de PI.
5	INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial	Não aplicável	Não aplicável	Não
6	SIEMENS Ltda	Não aplicável	Não aplicável	O programa está baseado na função.

Quadro 4 - Oferta de cursos temporário, disciplinas relacionadas a área de PI

				Conclusão
7	UEL – Universidade Estadual de Londrina	Sim - Na graduação: Direito, Design, Administração (Propriedade intelectual e direitos autorais), No MBA empresarial: propriedade intelectual e contratos de transferência de tecnologia.	Sim – Seminários e cursos de PI com professores especialistas na área.	Somente a capacitação feita com recursos do TIB-2004 (CNPq/FINEP) para os bolsistas do NPI. E estão direcionadas as redações de patentes, registros de direitos autorias e contratos de transferência de tecnologia.
8	UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa	--	Não	Sim, são realizados sob demanda para capacitar os conhecimentos sobre PI
9	UFPR – Universidade Federal do Paraná	Sim. No Curso de pós-graduação em sensores, que ofertada no departamento de física.	Não	Sim - E estão direcionadas as redações de patentes, registros de direitos autorias e contratos de transferência de tecnologia.
10	UNICENTRO – Universidade Estadual Centro-Oeste	Não	Não	Sim - PROVARS
11	UTP – Universidade Tuiuti do Paraná	Trabalhos de conclusões de cursos	Não	Possuem e está direcionada à área de patentes.

Fonte: Dados fornecidos pelo roteiro da pesquisa.

Atualmente, a preocupação do tema PI ainda não chegou aos departamentos das instituições de ensino, já que a mobilização ainda se encontra centralizada. Mas posso presumir que não existe um levantamento objetivo da oferta de disciplina de PI, ou seja, o entrevistado não tem conhecimento da oferta interna de disciplinas relacionadas à PI. Este tema não se aplica as instituições voltadas para área industrial.

Hoje, essas instituições não têm condições de fomentar cursos temporários sobre PI, devido à falta de especialistas de dentro da própria instituição em tratar do assunto relacionado à PI. Atualmente são convidados especialistas de outros Estados, e, mesmo do INPI, quando há possibilidade. O mesmo cede um dos seus servidores para realizar cursos e palestras. Atualmente, a APPI está sendo a principal instituição que está promovendo os cursos relacionados à PI, convidando os membros ligados a Rede a participar dos congressos e cursos, bem como a comunidade em geral. As instituições industriais apenas participam dos cursos e congressos, mas não promovem estas atividades.

Quanto às instituições que não possuem um programa de curso para capacitação dos funcionários ligados a PI. São realizados conforme demanda. A Siemens realiza a programação do curso caso os seus colaboradores tenham conhecimentos em PI.

Quadro 5 - Estruturação organizacional e financeira do setor que trata a PI

Continua

Nº	Instituição	Possuem missão, visão, políticas e normas, e, se está documentada.	Estrutura administrativa	Origem dos recursos financeiros para fomentar a PI.
1	APPI – Agência Paranaense de Propriedade Industrial	Sim e está documentada.	Vinculada ao TECPAR, a fim de auxiliar de gestão de PI nas repartições internas do TECPAR e no auxílio as incubadoras.	Do TECPAR, Fundação Araucária e CNPq.
2	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sim e está documentada.	Há uma gerência e mais colaboradores e estagiários	Da própria instituição, dos serviços prestados, e da FINEP, CNPq, e dentre outros.
3	FIEP – SENAI-PR	Não	Apenas um coordenador	Da própria instituição.
4	LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	Está descrito no âmbito geral da empresa. Ainda não possui a Política sobre PI.	Está dispersa em vários setores.	Da própria instituição.

Quadro 5 - Estruturação organizacional e financeira do setor que trata a PI

				Conclusão
5	INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial	Possui e está documentada.	Diretoria de articulação e informações tecnológicas (Dart); Coordenação Geral e difusão regional (CGAD).	Da própria instituição.
6	SIEMENS Ltda	Possui e está documentada.	Está vinculada a área de Tecnologia Corporativa.	Da própria instituição.
7	UEL – Universidade Estadual de Londrina	Sim – Documentados em projetos financiados pelo CNPq/FINEP e relatórios à comunidade.	1 coordenador e 1 secretária e dois estagiários	Da própria instituição e de fontes externas (agências de fomento)
8	UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa	Não	--	Não, pois ainda não está estruturado.
9	UFPR – Universidade Federal do Paraná	NPI: Sim e está documentada; ETT: Não	NPI: a PRPPG ETT: PROPLAN	Oriundos da própria instituição do CNPq.
10	UNICENTRO – Universidade Estadual Centro-Oeste	Sim (o pesquisado não informou se está documentada)	Não, pois ainda não está estruturado.	Da própria instituição.
11	UTP – Universidade Tuiuti do Paraná	Não	AO PROPPE e IDT.	Da própria instituição.

Fonte: Dados fornecidos pelo roteiro da pesquisa.

Boa parte das instituições entrevistadas possuem o seu marco legal documentado, em alguns casos, faltando ainda, descrever a política do setor. O marco legal pode estar documento nos manuais internos ou no site da instituição.

Quanto às normas internas, em sua maioria estão em aprovação pela instituição às quais estão submetidas.

As respostas com relação à estrutura administrativa se ramificaram para dois entendimentos: um, para a qual o setor de PI está vinculado (estrutura hierárquica setorial); e o segundo, para uma estrutura do setor interno, ou seja, levou em

consideração a questão de autoridade e responsabilidade. Para os fins desta pesquisa, esta questão não tem um valor significativo para este trabalho.

Os recursos financeiros para promover as atividades de gerenciamento de PI são oriundos, principalmente, de fontes internas. Os membros ligados à APPI, obtêm recursos vindos do CNPq. Aqueles, já estão comercializando as suas inovações, podem obter recursos destas vendas ou da cessão da patente.

Quadro 6 - Apresentação dos resultados após formação da Rede de PI

Nº	Instituição	Números de Patentes depositadas (Brasil e Exterior).	Número de Patentes concedidas (Brasil e Exterior).
1	APPI – Agência Paranaense de Propriedade Industrial	3 no Brasil	Não possui
2	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	3 no Brasil	Não possui
3	FIEP – SENAI-PR	Não possui	Não possui
4	LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	50 patentes no Brasil, 02 no exterior e 9 marcas registradas.	4 patentes concedidas no Brasil e 1 no exterior.
5	INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial	Não aplicável	Não aplicável
6	SIEMENS Ltda	25 patentes no Brasil nos últimos 10 anos e 6 no exterior nos últimos 3 anos	18 patentes concedidas no total.
7	UEL – Universidade Estadual de Londrina	12 no Brasil	Não possui
8	UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa	1 no Brasil	Não possui
9	UFPR – Universidade Federal do Paraná	12 no Brasil	Não possui
10	UNICENTRO – Universidade Estadual Centro-Oeste	Não possui	Não possui
11	UTP – Universidade Tuiuti do Paraná	Confidencial	Confidencial

Fonte: Dados fornecidos pelo roteiro da pesquisa.

Com relação às instituições públicas, a atividade de PI passou a ser atuante a partir da formação da Rede da APPI; antes disso, não existia oficialmente a atividade ou prática de registro de patentes. Os exemplos: a UFPR e à UTFPR, que são instituições históricas e que não possuíam registro de patentes até 2002. A UTFPR (antes conhecida por CEFET/PR) sempre foi participativa no desenvolvimento tecnológico, mas na verdade, era apenas um facilitador das empresas para desenvolverem suas inovações, pois forneciam um corpo técnico (alunos, pesquisadores e professores) para atuar em uma determinada problemática. Mas, com a cultura de PI, o foco passou a ser outro, não só da UTFPR, mas de todas outras instituições em procuram obter ganhos econômicos dos seus desenvolvimentos tecnológicos.

Quadro 7 - Planejamento estratégico e análise dos resultados

Continua

Nº	Instituição	Planejamento documentado	Que métodos utilizam para verificar se os resultados estão sendo alcançados.	Possuem análise dos fatores críticos
1	APPI – Agência Paranaense de Propriedade Industrial	Não possui	Não possui	Não possui
2	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Possui	São confrontados com as metas estabelecidas periodicamente.	Possuem
3	FIEP – SENAI-PR	Não possui	Não possui	Não possui
4	LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	Possuem, mas não somente para PI.	Acompanhamento sistemático dos indicadores de desempenho.	Possuem
5	INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial	Existe um plano anual estipulado pelo INPI matriz.	A mensuração dos dados é centralizada no Rio de Janeiro	Possuem
6	SIEMENS Ltda	Possuem	Através do número de idéias que se tornam patenteáveis	Possuem

Quadro 7 - Planejamento estratégico e análise dos resultados

				Conclusão
7	UEL – Universidade Estadual de Londrina	Possuem. O planejamento contempla o prazo de 2 anos.	Utilizam metas quantitativas e avaliam periodicamente o alcance das metas. Além disso, qualitativamente, são avaliados pelo coordenador técnico da proposta aprovada perante o CNPq, auditorias e pelo cliente externo e interno.	Possuem
8	UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa	Não possui	Não possui	Não possui
9	UFPR – Universidade Federal do Paraná	NPI – Possuem ETT - Não possui	NPI - Mediante o Planejamento Estratégico traçado para o NPI no início da segunda gestão de 2004/2005, e por um relatório de gestão 2004/2005. ETT - Não possui	NPI – Possuem ETT - Não possui
10	UNICENTRO – Universidade Estadual Centro-Oeste	Possuem	Através da avaliação institucional	Não possui
11	UTP – Universidade Tuiuti do Paraná	Possuem	Não possui	Possuem

Fonte: Dados fornecidos pelo roteiro da pesquisa.

Nas instituições públicas já estão instituídos a atividade de gerenciamento de PI, o planejamento estratégico e os métodos para verificar se os resultados estão sendo alcançados estão implementados. Com relação à forma de metodologia para obter e avaliar os resultados não foram divulgados, apenas comparações entre as metas estabelecidas com os resultados alcançados.

Esta pesquisa além de buscar saber se as instituições possuem, ou não, análise dos seus fatores críticos de sucesso, também quis saber quais eram seus pontos fortes e

fracos. Houve uma certa relutância em responder a esta questão. Os fatores críticos apresentados são:

Pontos fortes:

- capacidade de inovação tecnológica;
- infra-estrutura institucional;
- desde que começou a disseminação da cultura de PI no Paraná houve um aumento do número de depósitos de patentes,
- a preocupação das instituições na proteção de suas invenções;
- a formação da equipe para atender a demanda de PI nas instituições.

Pontos fracos:

- falta de comprometimento de todo o grupo;
- o assunto de PI ainda não está totalmente difundido no país;
- falta de recursos para manter uma equipe permanente;
- demora e pouca disponibilidade de atendimento do INPI;
- falta de membros para compor a equipe de PI;
- falta conhecer melhor o mercado potencial;
- falta definir uma política interna sobre PI.

Dados sobre os aspectos informacionais e comunicativo dos NPI e ETT

Quadro 8 - Fontes mais citadas pelas as instituições:

1	Clientes	9
2	Materiais impressos / revistas	8
3	Centros de pesquisas tecnológicas	6
4	Empresas ligadas a instituição	7
5	Redes industriais e de negócios	5
6	Fornecedores	3
7	Câmaras ou divisões de comércios	2
8	Universidades (locais e outras)	10
9	Especialistas externos	7
10	Exibições	5
11	Consultorias	4
12	Departamentos de P&D	5
13	Banco de Dados Nacionais e Internacionais sobre PI	11
14	Outros: Do INPI (site), e, informações com outros gestores ligados a Rede de PI do Paraná.	

Fonte: Dados fornecidos pelo roteiro da pesquisa.

As 3 fontes mais citadas pelos NPIs e ETTs coincidem com as necessidades básicas de qualquer instituição em fomentar suas atividades: conhecer a área de atividade a qual esta inserida, por exemplo conhecer as fontes principais da informação; Conhecer seus potenciais clientes e suas principais necessidades; que parceiros devem buscar para desenvolver suas atividades.

Quadro 9 - Aquisição e tratamento da informação

Continua

Instituição	Coleta de informação	Aquisição da Informação	Repositórios de informação
APPI – Agência Paranaense de Propriedade Industrial	Através de Banco de Dados via internet, publicações específicas da área de PI, assinaturas digitais de informações de PI via internet. RPIs – Revista de Propriedade Industrial.	Revista da ABPI (Mensal); RPIs – Onde são publicadas as cartas patentes, os novos depósitos e regulamentações do INPI.	Possuem banco de dados de clientes, dos membros da Rede de PI e arquivo físico do material adquirido.
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Através de sites, materiais impressos, e-mail, etc.	São comprados livros e revistas sobre PI para atender o setor.	Possuem banco de dados de clientes, e materiais impressos.
FIEP – SENAI-PR	Através de revistas, cursos, seminários, livrarias, sites nacionais e internacionais sobre PI.	Assinaturas de revistas, cursos, seminários, livrarias, sites nacionais e internacionais sobre PI.	Possui um arquivo organizado por título e data das revistas.
LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	Contatos diretos, internet, e através de assinaturas das revistas e periódicos.	Adquire em torno de 60 publicações mensais, mais especificamente das áreas de mecânica, eletrônica, eletricidade, estruturas civis.	Sim, banco de dados de clientes, das linhas de pesquisas das universidades e instituições ligadas ao LACTEC
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial	Principalmente via internet.	Nível regional – Não possui, recebem doações; Nível nacional – É centralizada na biblioteca da matriz	Banco de dados via intranet no Rio de Janeiro (SINPI)
SIEMENS Ltda	Através de contratos com agente da PI (terceirizado), que realizam coletas de informações de acordo com as necessidades internas da SIEMENS.	Sob demanda e de todas as áreas.	Possui e está disponível via rede eletrônica (acesso restrito com login e senha).
UEL – Universidade Estadual de Londrina	Pesquisa em banco de dados, reuniões, livros e revistas, internet.	Mensalmente as publicações da ABPI na área de propriedade intelectual.	Somente arquivo do material bibliográfico indexado.
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa	Não informado.	Não informado.	Não informado.

Quadro 9 - Aquisição e tratamento da informação

			Conclusão
UFPR – Universidade Federal do Paraná	<p>NPI: De fontes de Clientes, materiais impressos, redes industriais e de negócios, universidades, banco de dados sobre PI, etc.</p> <p>ETT: Através dos catálogos da FIEP, lista telefônica, laboratórios, internet, etc.</p>	<p>NPI: São adquiridos sob demanda, da área de PI.</p> <p>ETT: São comprados livros (sob demanda) nas áreas de PI.</p>	<p>Não possui.</p> <p>ETT: Banco de dados de empresas e das linhas de pesquisas da UFPR.</p>
UNICENTRO – Universidade Estadual Centro-Oeste	Não informado.	Não informado.	Não informado.
UTP – Universidade Tuiuti do Paraná	Internet e contatos.	Não tenho a informação total.	Sim

Fonte: Dados fornecidos pelo roteiro da pesquisa.

A atividade de coleta, aquisição e armazenamento se encontram no nível primário da Gestão da Informação. São coletas que objetam basicamente a pesquisa de repositórios de patentes que são divulgados pelas Revistas de Propriedade Industrial (RPI) e pelo próprio “*site*” do INPI. Outras fontes citadas e adquiridas pelos entrevistados são mais para melhorar suas atividades. Os bancos de dados criados pelos NPIs e ETTs são basicamente de empresas a qual se pretende buscar parcerias para comercializar suas patentes.

Quadro 10 - Formas e métodos de comunicação

			Continua
Instituição	Utilização dos serviços da APPI	Divulgação Interna e Externa	Comunicação com os membros da APPI
APPI – Agência Paranaense de Propriedade Industrial	Não se aplica	Possui, são divulgados através do site, boletins informativos sobre PI, mala direta, via internet e folders.	A APPI mantém a comunicação com os seus membros através do site, e-mail, telefone e fax.

Quadro 10 - Formas e métodos de comunicação

Continua

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sim, utiliza-os para realização de cursos, eventos e capacitação de pessoal em PI.	Existe um boletim informativo distribuído para comunidade onde está inserida e para as empresas que estão cadastrados nas suas bases de dados.	Via e-mail, telefone e congressos patrocinados pela APPI
FIEP – SENAI-PR	Não os utiliza, apenas na participação dos eventos e cursos.	Possui, através de folders e no site do SENAI e RETEC.	Sim, através dos eventos e por telefone com a APPI
LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	Sim, necessidades de informações sobre gestão de PI e na participação dos eventos promovidos pela APPI.	Através do Comitê Técnico Científico, que comunicam/tratam dos assuntos relacionados a PI e dentre outros. As divulgações de PI são feitas via site da instituição e informativo (Lactecinforma)	Somente nos eventos promovidos pela APPI e encontros informais.
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial	O INPI utiliza a APPI como base fazer a disseminação/difusão de PI no estado do Paraná.	Sim, é realizada via site (todas as informações possíveis sobre PI estão na web) no âmbito nacional. A nível regional somente quando o cliente solicita.	A interação é realizada através dos eventos.
SIEMENS Ltda	Utilizam, quando a necessidade.	Através da Intranet da SIEMENS	Através de e-mail-list.
UEL – Universidade Estadual de Londrina	Alguns. Participa dos cursos e seminários, site da APPI.	Sim. Jornais da UEL, site do NPI, eventos e palestras proferidas pelo coordenador do NPI a outras instituições.	Somente por e-mail.
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa	Ainda não é necessário	Através de e-mail	Foi divulgado a todos os pesquisadores da UEPG sobre a APPI.

Quadro 10 - Formas e métodos de comunicação

			Conclusão
UFPR – Universidade Federal do Paraná	NPI: Sim, utiliza em épocas do seminário anual promovido pela APPI e para diminuir dúvidas eventuais. ETT: São utilizados através do convênio entre UFPR e a APPI e os serviços de busca de patentes.	NPI: Através do link do NPI localizado na PRPPG, matérias em jornais internos e folders. ETT: Possui informativo mensal enviado por meio eletrônico (e-mail). São direcionados para as empresas e pesquisadores.	NPI: Telefone, e-mail e pessoalmente. ETT: Possuem contato com a APPI através de telefone, e-mail, eventos promovidos e pessoalmente.
UNICENTRO – Universidade Estadual Centro-Oeste	Não	Não	Sim, simplificado. O canal de comunicação é com o Tecpar.
UTP – Universidade Tuiuti do Paraná	Sim	Por orientação	Sim. Orientação de trabalhos de Conclusão de Cursos e desenvolvimento de produtos educacionais.

Fonte: Dados fornecidos pelo roteiro da pesquisa.

As instituições privadas não utilizam os serviços da APPI, devido a possuírem a cultura de PI antes mesmo da formação da Rede, mas estão presentes nos seminários, nos cursos e reuniões promovidas APPI, ajudando as instituições que estão começando a desenvolver suas atividades no gerenciamento na PI. Quanto à forma de divulgação das instituições privadas é feita somente para o seu público interno.

As instituições públicas são as que mais procuram os serviços da APPI, para melhorar as práticas de gestão de PI nos seus NPIs e ETTs.

Os meios comunicação das universidades e instituições públicas são utilizados, em sua maioria, para atender ao público interno, promovendo palestras, enviando *folders* para os centros de pesquisas localizados na própria universidade, por meio de notas em matérias de jornais internos, ou através de newsletters encaminhadas para a própria instituição ou para as indústrias.

A comunicação entre os membros e a APPI se configura no contato por telefone, *e-mail*, fax, ou através dos seminários e cursos anuais promovidos pela APPI. As instituições do interior do Estado têm pouca participação ou contato com a Rede, que pode ser devido ao fato do isolamento geográfico ou falta da própria APPI acompanhar o desenvolvimento dessas instituições. Foi observado que existe uma ligação muito forte entre a APPI/TECPAR, UFPR e a UTFPR, promovendo cursos, seminários, eventos, e trocando informações e até mesmo compartilhando biblioteca, pois, foram essas três instituições que tomaram a iniciativa de criar a rede de PI no Paraná e convidaram as outras entidades para compartilhar o projeto.

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Pelo levantamento realizado, percebe-se que algumas instituições ainda estão estruturando administrativa e politicamente os seus NPIs e ETTs; ao que parece, os objetivos da rede de disseminar a cultura de PI no Estado, ainda está muito prematuro. Quanto aos NPIs e ETTs localizados na capital paranaense já estão bem difundidos na maioria das instituições ligadas à Rede, e apenas a UEL possui suas atividades de PI bem avançadas. Mas, como um dos gerentes entrevistados me relatou: “A APPI está fazendo a sua parte de estar promovendo cursos, reuniões e seminários para disseminar a cultura de PI, e se as outras instituições ainda estão tendo dificuldades em organizar/estruturar os seus NPIs e ETTs, é porque não seguem o mínimo sugerido pela rede ou mesmo não buscam auxílio da APPI ou dos membros da rede que já possuem alguns resultados”.

As instituições públicas estão se organizando para desenvolver e aprimorar suas atividades no gerenciamento da PI, em conjunto com a APPI, estão buscando conhecer as melhores práticas descritas pelos pesquisadores e por setores que já trabalham há bastante tempo com a PI. A UFPR, por exemplo, está correndo atrás do tempo perdido, em quase 100 anos de história, ainda não possui uma carta-patente em nome da instituição. Há pouco mais de 2 anos, já possui mais de 12 registros de patentes e uma delas já foi comercializada para fins filantrópicos. Mas, o baixo índice

de depósitos de patentes registrados pelas instituições públicas ainda é inferior em comparação às instituições voltadas para a indústria, talvez porque as instituições públicas começaram com a atividade de registrar a PI em 2002, quando foi instituída a rede e quem, realmente, desenvolve pesquisas tecnológicas são as empresas inovadoras.

De acordo com os dados da pesquisa, foi confirmado o 1º pressuposto, pois as instituições de ensino que já possuem os seus NPIs e ETTs estabelecidos, descritos sua política, missão, regulamentações, diretrizes, objetivos e está bem difundida entre o seu meio acadêmico, realmente, se sobressaem das outras instituições, tais como, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), devido um maior comprometimento com os objetivos da rede de Propriedade Intelectual do Paraná. Concluimos também que as instituições que sempre estão presentes nas reuniões, seminários e cursos promovidos pela APPI, possuem um melhor desempenho que outras instituições. Em muitos casos, o número de patentes não é maior (conforme números apresentados no relatório) devido o custo de manter o registro de patentes no INPI, por isso, elas avaliam a viabilidade comercial da patente antes de assumir os custos.

O segundo pressuposto não foi confirmado com relação aos dados da pesquisa, já que a maioria das instituições consolidou seus NPIs a partir de 2002, logo após a formação da rede da Agência Paranaense de Propriedade Industrial (APPI). Também, foi observado que a falta de recursos financeiros para manter os depósitos no INPI e a falta de vontade por parte das instituições em criar seus escritórios de registro e transferência de tecnologia.

A falta de regulamentações e políticas internas sobre PI, dificulta o desempenho dos que querem promover a Rede, em muitos casos, as barreiras internas (burocracia) atrapalham a formação dos NPIs e ETTs. A falta de um corpo técnico permanente especializado em PI nas instituições, traz grandes transtornos no gerenciamento dos NPIs e ETTs, o que acarreta em uma nova demanda de cursos e especializações para a

nova equipe. Por isso, o ideal, é manter um quadro fixo de servidores para dar continuidade às atividades e projetos voltados à PI.

Há também a falta de um foco (norte) para essas instituições. É fundamental em se estabelecer objetivos estratégicos para os seus NPIs e ETTs, e realizar periodicamente a análise dos fatores críticos das metas estabelecidas. Sugerimos como ferramenta para dar suporte ao planejamento estratégico, o *Balance Scorecard*, com o objetivo de verificar os pontos da missão para o seu gerenciamento do desempenho dos seus processos operacionais, a fim de criar as bases de um sistema de gestão estratégica em longo prazo, tendo como filosofia principal em viabilizar processos gerenciais críticos²⁸: O conjunto de variáveis que devem ser utilizadas para implantação desta ferramenta, é com relação os aspectos gerenciais estratégicos. Os dados também serão colocados sob avaliação utilizando a ferramenta para esclarecer e traduzir a visão e a estratégia para:

- a) comunicar e associar objetivos e medidas estratégicas;
- b) planejar, estabelecer metas e alinhar iniciativas estratégicas;
- c) melhorar o feedback e o aprendizado estratégico.

À análise dos fatores críticos, sugerimos a ferramenta de análise *SWOT*, que avalia o ambiente interno: pontos fortes e fracos; e o ambiente externo: oportunidades e ameaças. A fim de obter, para os Núcleos, uma idéia mais clara da sua posição quanto aos objetivos e metas.

E o *Benchmarking* pode ser utilizado para o processo contínuo de melhoria através da comparação dos produtos, serviços e práticas empresarias entre os mais fortes concorrentes ou empresas reconhecidas como líderes.

O mercado de trabalho para o gestor da informação, poderá ser bem amplo, devido pois, a atividade de registro de patente não visa tão somente à proteção legal da propriedade industrial, podendo ser muito mais amplo, constituindo um instrumento

²⁸ KAPLAM; NORTON, op. cit., p. 283-306.

através do qual o conhecimento tecnológico deixa de ser segredo para assumir o papel de bem econômico²⁹. Com o desenvolvimento de novas Tecnologias de Informação (TI), esse fato está possibilitando a manipulação, armazenamento e distribuição do conhecimento codificado de maneira mais rápida, com maior qualidade e para um maior número de pessoas. Esse fato gera a necessidade de contar com pessoas cada vez mais especializadas em recuperar, analisar e transformar esses conhecimentos codificados para a criação de novos produtos, serviços e processos e para a geração de riqueza e bem-estar social.³⁰

É importante salientar as oportunidades de serviços especializados de informação na transferência e exploração tecnológica. E a necessidade das organizações públicas e privadas terem a seu lado, Gestores da Informação capazes de transformar dados e informações disponíveis em conhecimento útil e absorvível e para adequar uma infra-estrutura de informação para incrementar e facilitar o fluxo do conhecimento científico e tecnológico entre os setores de pesquisa³¹. Também para geração de novos conhecimentos e disseminar a cultura de inteligência competitiva nas instituições.

Hoje, é fundamental que o Brasil e as comunidades científicas reveja sua posição frente à proteção e ao encaminhamento das invenções e tecnológicas e de mercado. Apesar dos avanços tecnológicos registrados nos últimos anos, continuamos com um baixo número de registro de patentes nacionais e internacionais. De acordo com dados recentes (2003) da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), 98% das patentes de países em desenvolvimento registradas na organização são geradas por apenas seis países – Coréia do Sul, China, África do Sul, Cingapura, Índia e Brasil. O número de patentes registradas pela Coréia do Sul, porém, é dez vezes superior ao do Brasil – enquanto a Coréia registrou 1.700 patentes internacionais em 2000, apenas 161 patentes foram apresentadas pelo Brasil.³²

²⁹ ARAÚJO, Vânia Maria R. H. de. **A Patente como Ferramenta da Informação**. Revista Ciência da Informação. Brasília, nº 10 (2): 27-32, 1981.

³⁰ MATTOS, op. cit

³¹ CYSNE,.

³² MATTOS, op. cit.

O diferencial de desenvolvimento de PI, desses países para com os brasileiros, pode ser verificado nos subsídios financeiros às empresas que possuem departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e outras instituições que fomentam desenvolvimento de novas tecnologias. Para este tipo de investimento, a Organização Mundial do Comercio (OMC) vê que esse tipo é somente para pesquisa industrial e cobre dispêndios com P&D, inclusive recursos humanos, instrumentos, equipamentos, terrenos, e construções, sempre que destinados a esse fim, bem como licenciamento de tecnologias e patentes, podendo alcançar até 75% do dispêndio total. Isto é pratica dos países desenvolvidos, foi defendendo a competitividade das suas indústrias que ficaram ricos. Tais como Japão e a Coréia que se utilizaram desse processo, em que o Estado subsidia, como uma parceria de risco de P&D, viabiliza o investimento estratégico para a sociedade. Em 1970, a Coréia tinha uma participação de subsídios e incentivos em torno de 97% do dispêndio na geração de inovações tecnológicas, tornando os produtos competitivos e levando o país ao início do crescimento a uma taxa de 8% ao ano. Em 2001, a parcela pública ainda era de 21% de um montante que já alcançava US\$ 11,3 bilhões. E quanto à situação das empresas brasileiras, que investem e inovam por conta própria, chegando a investir cerca de 25% mais do que seu próprio lucro, assumindo riscos do investimento, para se manterem competitivas, dinâmicas e autônomas no cenário mundial³³.

³³ NICOLSKY, op. cit.p3.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Vânia Maria R. H. de. A Patente como ferramenta da informação. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, nº 10 (2): 27-32, 1981.
- BUFREM, L. S. et al.; PEREIRA, E. C.; ZANON, M. J. Patentes como ferramenta da gestão da informação e da inteligência competitiva. **Instituto de Tecnologia do Paraná**, Curitiba, p. 7, set. 2004.
- CHAMAS, Claudia Inês. Propriedade Intelectual em Instituições Acadêmicas: Aspectos Gerenciais. **Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)**. Rio de Janeiro, nº 70, mai.-jun. 2004.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.**, p. 83, São Paulo, Cortez: 2000.
- CYSNE, Fátima Portela. Transferência de tecnologia e desenvolvimento. **Revista Ciência da Informação**, v. 25, n. 1, 1995.
- FRANÇA, Ricardo Orlandi. **Patente como fonte de informação tecnológica**. Perspectiva da Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 235-264, jun/dez. 1997.
- KAPLAM, Robert S; NORTON, David P. **A Estratégia em ação: balanced scorecard**; tradução: Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- MATTOS, João Roberto Loureiro de; GUIMARÃES, Leonam dos S. **Gestão da Tecnologia e Inovação: uma abordagem prática**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MEGGINSON, L. C.; MOSLEY, D. C.; PIETRI JR, P. H. **Administração: conceitos e aplicação**, 4ª edição, São Paulo, Editora Harbra 1998.
- NICOLSKY, Roberto. Inovação Tecnológica e Estado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 2003. p3.
- PEREIRA, Edmeire Cristina. Monitoramento de normas e patentes como ferramenta para a Inteligência Competitiva. **Apostila de curso elaborada para a Agência Paranaense de Propriedade Industrial (APPI), do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)**. APPI/TECPAR, p. 14, Curitiba, 2003.
- PRYSTHON, Cecília; SCHMIDT, Susana. Experiência do Leaal/UFPE na produção e transferência de tecnologia. Leaal/UFPE, Recife, 1997.

SANTOS, Alexandre Giazzon. **O serviço de Resposta Técnica: estudo comparativo entre o Centro de Informação Tecnológica do Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo**, Curitiba, 2001, Monografia (Graduação em Informações Tecnológicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

SANTOS, M. E. R. dos; SOLLEIRO, J. L.; LAHORGUE, M. A. Boas práticas de gestão em escritórios de transferência de tecnologia. **In: XXIII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**, 23, p. 785-800, 2004, Curitiba.

SANTOS, Marli Elizabeth Ritter dos; ROSSI, Adriano Leonardo. **Projeto “Estímulo à Criação e Consolidação de Núcleos de Propriedade intelectual e Transferência de Tecnologia em Universidades Brasileiras”**. Relatório Final da Etapa – Mapeamento das instituições. UFRGS, Porto Alegre, 2002.

VIDAL, J. W. Bautista. Monopólio das Patentes. **Revista Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp)**, São Paulo, n. 6, p. 30-37, mai. 1996.

NOTAS

- 1- BUFREM, L. S. et al.; PEREIRA, E. C.; ZANON, M. J. Patentes como ferramenta da gestão da informação e da inteligência competitiva. **Instituto de Tecnologia do Paraná**, Curitiba, p. 7, set. 2004. ARAÚJO, Vânia Maria R. H. de. A Patente como ferramenta da informação. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, nº 10 (2): 27-32, 1981.
- 2- CHAMAS, Claudia Inês. Propriedade Intelectual em Instituições Acadêmicas: Aspectos Gerenciais. **Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)**. Rio de Janeiro, nº 70, mai.-jun. 2004.
- 3- MATTOS, João Roberto Loureiro de; GUIMARÃES, Leonam dos S. **Gestão da Tecnologia e Inovação: uma abordagem prática**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- 4- NICOLSKY, Roberto. Inovação Tecnológica e Estado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 2003. p3.
- 7- SANTOS, Alexandre Giazzon. **O serviço de Resposta Técnica: estudo comparativo entre o Centro de Informação Tecnológica do Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo**, Curitiba, 2001, Monografia (Graduação em Informações Tecnológicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.
- 8- VIDAL, J. W. Bautista. Monopólio das Patentes. **Revista Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp)**, São Paulo, n. 6, p. 30-37, mai. 1996.
- 9- SANTOS, Marli Elizabeth Ritter dos; ROSSI, Adriano Leonardo. **Projeto “Estímulo à Criação e Consolidação de Núcleos de Propriedade intelectual e Transferência de Tecnologia em Universidades Brasileiras”**. Relatório Final da Etapa – Mapeamento das instituições. UFRGS, Porto Alegre, 2002.
- 10- SANTOS, M. E. R. dos; SOLLEIRO, J. L.; LAHORGUE, M. A. Boas práticas de gestão em escritórios de transferência de tecnologia. **In: In: XXIII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**, 23, p. 785-800, 2004, Curitiba.
- 12- CYSNE, Fátima Portela. Transferência de tecnologia e desenvolvimento. **Revista Ciência da Informação**, v. 25, n. 1, 1995
- 16- FRANÇA, Ricardo Orlandi. **Patente como fonte de informação tecnológica**. Perspectiva da Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 235-264, jun/dez. 1997.

- 17- PRYSTHON, Cecília; SCHMIDT, Susana. **Experiência do Leaal/UFPE na produção e transferência de tecnologia**. Leaal/UFPE, Recife, 1997.
- 18- KAPLAM, Robert S; NORTON, David P. **A Estratégia em ação: balanced scorecard**; tradução: Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- 21- PEREIRA, Edmeire Cristina. Monitoramento de normas e patentes como ferramenta para a Inteligência Competitiva. **Apostila de curso elaborada para a Agência Paranaense de Propriedade Industrial (APPI), do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)**. APPI/TECPAR, p. 14, Curitiba, 2003.
- 22- MEGGINSON, L. C.; MOSLEY, D. C.; PIETRI JR, P. H. **Administração: conceitos e aplicação**, 4º edição. Editora Harbra, São Paulo, 1998.
- 25- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.**, p. 83, São Paulo, Cortez: 2000.
- 28- ARAÚJO, Vânia Maria R. H. de. **A Patente como Ferramenta da Informação**. Revista Ciência da Informação. Brasília, nº 10 (2): 27-32, 1981.

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. DADOS DO GESTOR DO NPI E ETT³⁴:

a) Nome completo:		
b) Departamento/Setor:		
c) Instituição:		
d) Endereço profissional:		
e) e-mail:	f) Telefone:	g) Fax:
h) Formação (Acadêmica):		
i) Tempo de atuação como gestor:		

³⁴ NPI – Núcleo de Propriedade Intelectual; ETT – Escritório de Transferência de Tecnologia.

2. DADOS SOBRE OS ASPECTOS GERENCIAIS DOS NPI E ETT:

<p>a) O NPI e o ETT localizam-se no mesmo espaço físico?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>b) Que setor está vinculado (Vinculação Institucional) à gestão da Propriedade Intelectual (PI)?</p>
<p>c) O NPI e o ETT estão vinculados ao mesmo setor da instituição?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não – NPI: Setor : _____ ETT: Setor: _____</p>
<p>d) Quando foi instituído o NPI/ETT (dia/mês/ano)? E sob quais circunstâncias?</p>
<p>e) O NPI/ETT possuem regulamentações próprias para o gerenciamento da PI? Caso não tenham, quais os outros meios legais que se utilizam para padronizar suas atividades?</p>
<p>f) As regulamentações abrangem todos os aspectos da PI (Patentes, Software, Marcas, Desenhos, Indicações Geográficas, Cultivares, Transgênicos, Direitos Autorais) ou parte deles. Quais?</p>
<p>g) Número de funcionários no NPI/ETT:</p>

h) Há algum curso de sua instituição que inclui em suas disciplinas a PI. Quais?
i) A instituição a qual está vinculada oferece cursos temporários sobre PI. Quais?
j) Existe algum programa de capacitação dos funcionários do setor? A qual área está direcionado?
k) Possuem missão, visão, políticas e normas institucionais? Está documentado o seu marco legal?
l) Os recursos (financeiros e materiais) necessários para manter o NPI/ETT são oriundos da própria instituição ou provém de fontes externas?
m) Possuem patentes depositadas no Brasil e exterior? Quantas, e de quais áreas?
n) Possuem patentes concedidas? Quantas e quais áreas?
o) O resultado dos ganhos econômicos da comercialização da PI é dividido com os inventores/pesquisadores? E de que forma?
p) De que formas estão estruturadas, administrativamente, os NPI/ETT?

q) Há um Planejamento Estratégico com objetivos e metas definidos para a instituição?

r) Como verifica se os resultados alcançados estão de acordo com o que foi previsto?

s) Possuem análises dos fatores críticos? Poderia cita-los?

- Pontos fortes:

- Pontos Fracos:

c) Você utiliza os serviço da APPI para auxiliar em suas atividades? Se sim, quais? Se não, por que não os utiliza?

d) Utiliza-se os meios de divulgação do NPI/ETT para o público a quem está direcionado. Em caso afirmativo, como o faz?

e) Há algum canal de comunicação entre a APPI e os membros da Rede de Propriedade Intelectual (PI)?

f) Caso haja a interação entre algum membro ligado à Rede de PI, qual é o seu grau de interação?

Muito obrigado!

Éder Alessandro Pilat
Aluno do Curso de Gestão da
Informação, da UFPR
Fone: (41) 3362-1313
e-mail: ederpilat@yahoo.com.br

Orientadora:
Prof^ª. M. Sc. Edmeire C. Pereira
UFPR / DECIGI
Fone: (41) 3360-4391
e-mail:
edmeirepereira@pop.com.br